



O DESEMPENHO AMBIENTAL DE COMPANHIAS BRASILEIRAS: UMA ANÁLISE DAS COMPANHIAS DO ISE

Neylane dos Santos Oliveira¹
Gilenio Borges Fernandes²
Priscila Carvalho Santos Maia³
Francimeire Barbosa Lima¹¹

RESUMO

O objetivo desse estudo foi analisar o desempenho ambiental de companhias listadas no ISE no período de 2011 a 2013. Para tanto, foi necessário mensurar desempenho ambiental. Tal mensuração foi viabilizada com base no questionário ISE. Das 40 empresas que, em média, compõem o ISE anualmente, esse estudo contou com doze, as quais integraram a amostra geral da pesquisa. Os dados foram analisados descritivamente e os resultados apontam que o nível do DA das empresas pesquisadas tem apresentado uma tendência crescente, podendo ser explicado pela Teoria do *Stakeholder*. Essa investigação também sinaliza como importante a associação entre a atividade desenvolvida pelas empresas e seu comportamento com relação ao meio ambiente. O fato das empresas possuírem certificações de caráter socioambiental não influi consideravelmente no seu desempenho ambiental. Porém, ao analisar o porte, chega-se a resultados interessantes apontando que a maioria das empresas de menor porte, melhoraram seu desempenho ambiental ao contrário das de maior porte. Diante desses achados entende-se que essa pesquisa contribui para academia, para as corporações e para a sociedade em geral, pois fornece evidências empíricas do potencial da teoria do *stakeholder* em explicar a realidade brasileira no que tange a aspectos de RSC.

Palavras-chave: Desempenho Ambiental. Responsabilidade Social Corporativa. Teoria do *Stakeholder*.

¹ Mestre em Contabilidade pelo Programa de Pós-Graduação em Ciências Contábeis da Universidade Federal da Bahia-UFBA. E-mail: neylane_oliveira@hotmail.com

² Mestre em Agronomia /ESALQ (1984) e Doutor em Meteorologia Agrícola e Estatística pela Iowa State University (1994). Atualmente é professor associado IV (aposentado) Universidade Federal da Bahia. E-mail: gilenio@ufba.br

³ Universidade Federal da Bahia (UFBA). E-mail: priscilamaia@live.com

¹¹ Universidade Federal da Bahia (UFBA). E-mail: meirebl@hotmail.com

1 INTRODUÇÃO

A concepção de que a natureza existe para servir o homem, resultou em uma exploração desmedida de recursos para produzir os bens e serviços e em despejos de materiais e energia não aproveitados. Com a Revolução Industrial no século XVIII a escala de produção foi cada vez mais intensificada, o que elevou a exploração de recursos naturais e a quantidade de resíduos a serem disposto no ambiente.

Durante muito tempo não havia muita preocupação por parte das empresas, governo e da sociedade em geral com relação aos problemas ambientais decorrentes de suas atividades, ou seja da exploração, transformação e disposição de materiais. Predominava a ideia de que a função das empresas se concentra na geração de lucros para os acionistas (teoria do *shareholder*). No entanto, pôde-se perceber ao longo das últimas décadas que transformações socioeconômicas têm atingido o comportamento das organizações e levando muitas delas a desenvolver novas atitudes no que tange a consideração do interesses dos diversos *stakeholders*, inclusive no sentido de considerar os impactos sociais e ambientais gerados por suas atividades.

Essa mudança deve-se ao aumento das discussões sobre nosso modelo atual de produção e consumo, cuja interferência na dinâmica do ambiente natural passa a ser considerada também como uma responsabilidade das empresas. Essa realidade tem levado a sociedade a requerer das organizações a assunção de uma postura mais ética, com a realidade social, cultural e ambiental.

Assim, esses novos posicionamentos exercidos pelas instituições culminaram na prática da chamada Responsabilidade Social Corporativa (RSC), que na visão de Nascimento, Lemos e Melo (2008) é o compromisso “permanente dos empresários de adotar um comportamento ético e contribuir para o desenvolvimento econômico, melhorando simultaneamente a qualidade de vida de seus empregados, de suas famílias, da comunidade local e da sociedade como um todo”. Pode-se então considerar que a RSC consiste em estratégias que venham direcionar ações de comprometimento das organizações na contribuição para o desenvolvimento sustentável.

Dentre os teóricos que discorrem a respeito da RSC, Zylbersztajn (2000) afirma que a adoção de RSC, gera benefícios para a organização como a elevação

do seu capital reputacional e, a rigor, em consonância com os interesses de acionistas e demais partes interessadas.

Macedo et al. (2007 apud Macedo, Corrar e Siqueira, 2012), também aborda que a adoção dessas práticas acaba sendo como um elemento motivador, em decorrência do reconhecimento do público, resultando em grandes benefícios, como o da legitimidade, da confiança e da credibilidade para a organização.

Assim, diante das externalidades ambientais negativas provocados pelas organizações, atualmente é tido como importante o envolvimento das organizações em ações que venham a melhorar o seu desempenho ambiental, prevenindo ou diminuindo ao máximo os impactos negativos gerados. O grau de envolvimento das empresas pode variar em função algumas variáveis como o ramo (RIBEIRO, 1998), o porte (UDAYASANKAR, 2008; LOUENÇO ET AL., 2012) ou até mesmo a obtenção de certificações de prestígio amplo como ISO 26.000/ NBR 16.001 (Responsabilidade Social); ISO 14.001(Sistema de Gestão Ambiental); AS 8000 (Responsabilidade Social).

Assim, a pergunta que norteia essa pesquisa é: Qual a tendência do desempenho ambiental de companhias brasileiras listadas no ISE no período de 2011 a 2013? Assim, o objetivo geral dessa investigação foi analisar o desempenho ambiental de companhias brasileiras listadas no ISE no período de 2011 a 2013. Está contida nessa análise, a verificação se há diferenças entre os desempenhos ambientais das companhias, em função do porte, do ramo de atuação e da presença de certificação de natureza socioambiental.

A realização dessa investigação justifica-se em razão de possibilitar identificar uma tendência de evolução ou involução do desempenho ambiental das empresas brasileiras, o que pode sinalizar para uma mudança de paradigma, em que passa-se a valorizar o desenvolvimento sustentável e não exclusivamente a vertente econômica do desenvolvimento. Além disso, essa investigação também fornece evidências empíricas do potencial da teoria do *stakeholder* em explicar a realidade brasileira no que tange aos aspectos da RSC e ampliará as discussões sobre a influência do porte, setor de atuação e presença de certificações no desempenho ambiental.

2 REVISÃO BIBLIOGRÁFICA

2.1 Teoria do *Stakeholder*

A teoria do *stakeholder* é utilizada para explicar a gestão estratégica da empresa, no que diz respeito aos interesses que são levados em conta no processo decisório. De acordo com essa teoria os processos decisórios organizacionais devem considerar outras variáveis que não só o retorno do capital dos proprietários (FREEMAN e MCVEA, 2000). Assim, essa concepção propõe uma forma de gestão diferente da que vinha sendo praticada no decorrer do século XX.

Segundo Friedman (1970) as empresas são criadas para gerar benefício econômico àqueles que investiram na sua criação, que assumiram o risco do negócio. Porém, há de se considerar que todas as empresas funcionam como um sistema aberto, estabelecendo relações com diversos atores, tanto no seu ambiente interno, como externo (BERTALANFFY, 1977). A manutenção das atividades da empresa depende dessas relações e não somente da relação que a organização estabelece com seu proprietário. Nessa perspectiva, a teoria do *stakeholder* enfatiza, segundo Freeman e McVea (2000) a gestão ativa do ambiente de negócios, bem como a promoção de interesses comuns. Ou seja, de acordo com a referida teoria, as ações a serem planejadas e implementadas nas empresas devem atender as expectativas dos diversos grupos que participam do negócio, como acionistas, empregados, clientes, fornecedores, comunidades e outros grupos que de uma forma impactem no sucesso de longo prazo da empresa (FREEMAN e MCVEA, 2000).

Nesse sentido, Donaldson e Preston (1995), afirma os gestores não deveriam atuar exclusivamente como agentes dos detentores do capital, pois apesar de serem proprietários do negócio, estes não tem direito ilimitado sob as mesmas. De acordo com o Instituto de Pesquisa de Stanford (SRI):

Gestores necessitam compreender as preocupações dos acionistas, empregados, clientes, fornecedores, credores e sociedade, a fim de desenvolver objetivos que as partes envolvidas apoiam. Este apoio é necessário para o sucesso a longo prazo. Portanto, a administração deve explorar ativamente as suas relações com todas as partes interessadas, a fim de desenvolver estratégias de negócios (FREEMAN e MCVEA, 2000, p.5).

Assim, a gestão de empresas que promovem ações de recuperação, proteção e preservação do meio ambiente poderia ser explicada pela teoria do *stakeholder*, pois nesse caso a organização estaria demonstrando empenho em atender a demandas sociais, de interesse coletivo e não só do acionista/proprietário. Palmer et al. (1995 apud Wabda, 2008) concordando com Friedman argumentaram contra esta abordagem, esclarecendo que as organizações empresariais não costumam sacrificar os seus lucros em prol da proteção ambiental.

Contudo, segundo Wabda (2008), as organizações empresariais têm começado a considerar seu ambiente natural como um ator-chave que não só pode afetar os resultados de suas decisões, mas também podem ser afetados por suas ações. Nessa linha, para o Índice de Sustentabilidade Empresarial da Bovespa (ISE, 2012) iniciativas de responsabilidade social corporativa, como as voltadas para o meio ambiente, implicam em ganhos de desempenho econômico-financeiro. Ainda de acordo com o ISE (2012), os benefícios de participar de iniciativas voluntárias de sustentabilidade convertem-se em ganhos intangíveis para as empresas, em termos reputacionais e de compartilhamento de experiências na comunidade empresarial, porém os ganhos tangíveis ainda situam-se em uma esfera nebulosa, mas já é abordado em alguns estudos que consideram o valor de mercado, a relação entre desempenho financeiro e socioambiental ou reações do mercado financeiro às ações das companhias consideradas mais sustentáveis.

Assim, atualmente é perceptível uma mudança de comportamento das organizações no sentido de incluir em suas estratégias ações alinhadas com o conceito de Responsabilidade Social Corporativa (RSC) que resultem em um melhor desempenho ambiental, na tentativa de zelar pelos contratos firmados com os diferentes grupos de partes interessadas. Esse tipo de gestão seria explicada pela teoria do *stakeholder*, porém ainda não há um consenso sobre os reais benefícios de considerar o interesse dos *stakeholder* nas decisões organizacionais.

Diante disso, esse estudo investiga o desempenho ambiental das empresas e o potencial da teoria do *stakeholder* em explicar a realidade encontrada nas organizações pesquisadas.

2.2 Responsabilidade Social Corporativa e Desempenho Ambiental

Historicamente, a gestão ambiental não era tratada como prioridade pelas organizações, independentemente do porte e/ou lucratividade destas. A preocupação ambiental só era considerada relevante, quando ocorriam grandes desastres ambientais (COELHO, 2009). Atualmente, em função da pressão exercida pelos diversos segmentos sociais, as entidades têm buscado desenvolver suas atividades com o propósito de compatibilizar aspectos econômicos com a proteção ambiental (WELTER, 2011).

Neste cenário, constrói-se um modelo de gestão que considera como objetivos da organização além da geração de lucros, a responsabilidade social corporativa. Sob esta perspectiva, defende-se que as organizações sejam responsáveis pelos impactos de suas decisões e atividades na sociedade e no meio ambiente, por meio da adoção de práticas transparentes e éticas que contribuam para a promoção do desenvolvimento sustentável e o bem-estar da sociedade, considerando as expectativas dos diversos *stakeholders* (ISO, 26000).

Pesquisas empíricas revelam que é crescente o número de organizações empresariais que têm considerado a necessidade de implementar Sistemas de Gestão, com o propósito de monitorar e otimizar seus desempenhos social corporativo. Segundo, Waddock (2004) o desempenho social corporativo (DSC) é um amplo conjunto de estratégias e práticas operacionais que a empresa desenvolve para gerenciar o relacionamento com seus *stakeholder* e com o ambiente.

O esteio moral do DSC, na visão de Wood (2010) é que as empresas devem trabalhar para aumentar os benefícios e reduzir/eliminar os danos resultantes de suas atividades. Esse processo geralmente é feito por meio da implantação de sistemas de gestão ambiental, via normas internacionalmente respeitadas, a exemplo da ISO 14001.

Sob esta perspectiva, González-Benito, Lannelongue e Queiruga (2011) defendem que sistemas de gestão ambiental são ferramentas importantes para diminuir as pressões por parte dos *stakeholders*, pois conseguem satisfazer as necessidades ambientais, pelo fato de ser um instrumento preditivo de gestão ambiental. Os autores sugerem que a transformação das organizações depende não apenas do senso de urgência, mas também da percepção de viabilidade de

tornarem-se ambientalmente responsáveis. Corroborando a respeito, Jong, Paulraj e Blome (2012) relatam que a implantação de sistemas de gestão desta natureza constitui-se um meio sólido para melhorar o desempenho ambiental corporativo.

Neste contexto, para mensuração do desempenho ambiental das companhias, o ISE utiliza uma série de questões que muda um pouco a depender da interação que a organização estabeleça com o meio ambiente, ou seja, as questões para empresas de transporte e logística diferem das questões aplicadas as empresas que utilizam prioritariamente recursos naturais renováveis ou não renováveis. Assim o ISE considera os seguintes grupos:

A) Recursos Naturais Renováveis; B) Recursos Naturais não Renováveis; C) Matérias primas e insumos; D) Transporte e Logística; E) Serviços e IF) Serviços Financeiros. Porém, em aspectos gerais, o desempenho ambiental compreende questões sobre consumo de recursos ambientais (inputs), emissões e resíduos, emissões e resíduos críticos e seguro ambiental.

Udayasankar (2008) afirma ser importante considerar características das empresas no estudo dos resultados de RSC. Segundo este autor empresas de pequeno porte seriam motivadas a se envolver em questões de RSC, inclusive de natureza ambiental para ganhar mais visibilidade e ter acesso a créditos.

Para verificar como o desempenho de sustentabilidade corporativa é refletido no valor de mercado das ações Lourenço et al. (2012) realizaram um estudo com 418 empresas dos Estados Unidos no período de quatro anos. O desempenho de sustentabilidade foi considerado a partir do pertencimento ou não das empresas ao Índice de Sustentabilidade Dow Jones e o valor de mercado por meio de variáveis de mercado e contábeis. Por meio da análise de regressão com danos em painel, os resultados indicam que o desempenho de sustentabilidade corporativa tem poder explicativo sobre o valor de mercado das empresas. O estudo apontou como importante para o mercado, variáveis como o tamanho/lucratividade da empresa, indicando que os investidores penalizam empresas de grande porte e rentáveis com baixo nível de responsabilidade social corporativa. Nesse sentido, é possível afirmar quanto a propensão destes em recompensar empresas com bom nível de responsabilidade social.

3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Com o propósito de alcançar o objetivo proposto nessa investigação de analisar o desempenho ambiental de companhias brasileiras foi feito inicialmente uma pesquisa bibliográfica, com leitura a materiais de pesquisas (artigos científicos, dissertações, teses, livros e outros) para adquirir conhecimento sobre o tema em questão e verificar a tendência das pesquisas.

A população da pesquisa foi formada todas as companhias brasileiras listadas no Índice de Sustentabilidade Empresarial da BM&FBOVESPA (ISE) de 2011 a 2013. Esse recorte temporal ocorreu em função da disponibilidade do documento utilizado como fonte para coleta de dados. O questionário respondido pelas empresas sobre os aspectos ambientais, no sítio do ISE/BOVESPA está restrito a estes anos civis do período da coleta de dados. O questionário respondido foi o documento básico utilizado como fonte de dados para esta pesquisa.

Após consulta as empresas listadas no ISE, foi feita uma busca no site do ISE a fim de coletar os questionários respondidos por cada uma delas para entrada/permanência no Índice. As empresas que possibilitaram o acesso livre aos seus questionários respondidos nos três anos investigados compuseram a amostra dessa pesquisa, o equivalente a doze empresas, conforme disposto no quadro 1:

AES Tietê	Bco Ind. e Comercial	CCR-Conc. Do Sist. Anhanguera-Bandeirantes
Banco Do Brasil	Coelce	CCR-Rodonorte
Edp-Bandeirantes	CCR-Conc. Da Rod. Pres. Dutra	Eletropaulo
Edp-ES Centrais Elétricas	CCR-Conc. De Rodovias Do Oeste De Sp	Natura

Quadro 1: Composição da Amostra
Fonte: Dados da Pesquisa, 2014

O desempenho das empresas foi analisado individualmente e não de forma consolidada com base no grupo econômico a qual possivelmente pertencessem.

O questionário ISE possui sete dimensões: Geral; Natureza do produto; Governança Corporativa; Econômico-Financeira; Ambiental; Social e Mudanças Climáticas. Para fins deste trabalho, foi utilizada a dimensão Ambiental.

Com relação a dimensão ambiental, o ISE elabora questionários diferenciados por grupos de empresas. Isso porque é importante considerar as peculiaridades de cada ramo de atuação com relação a sua interação com o meio ambiente, já que o impacto provocado por uma indústria de papel e celulose é diferente de uma

instituição financeira, por exemplo. Assim, foi feito *download* da dimensão ambiental do questionário de cada um dos grupos para os anos em análise. A dimensão ambiental do envolve quatro grandes critérios: i) Política; ii) Gestão; iii) Desempenho e iv) Cumprimento Legal. Cada um desses critérios é composto por uma série de indicadores que se desdobram em várias perguntas. Como para este estudo foi necessário calcular o Desempenho Ambiental, analisou-se apenas o critério iii) relativo ao Desempenho. Os indicadores relativos a esse critério variam um pouco em função do Grupo em que a empresa pertence, como explicado acima e em decorrência as revisões feitas anualmente nos questionários. No geral, têm-se quatro indicadores: i) Consumo de Recursos Ambientais; ii) Emissões e Resíduos Críticos; iii) Emissões e Resíduos Críticos e iv) Seguro Ambiental. Em 2013, o indicador de Emissões e Resíduos foi substituído por Emissões Atmosféricas, Efluentes Líquidos e Resíduos.

Logo, foi feito uma análise no critério iii referente ao Desempenho Ambiental (DA) para que fosse criado um gabarito ótimo para cada uma das questões. Para cada uma das questões foi atribuído um valor ótimo, como demonstra o exemplo de questão:

AMB-A. Selecione cada opção caso a ação indicada seja uma prática da companhia:

Recurso Ambiental	Tipo de Uso	N/A (0,0)	Monitoramento com indicadores específicos (1,0)	Meta de redução (1,0)	Programa (1,0)	Nenhuma ação (0,0)
Água (6,0)	a) Processo administrativo (3,0)					
	b) Processo produtivo (3,0)					
Energia elétrica (6,0)	c) Processo administrativo (3,0)					
	d) Processo produtivo (3,0)					
Combustíveis Fósseis (9,0)	e) Processo administrativo (3,0)					
	f) Processo produtivo (3,0)					
	g) Transporte (3,0)					
Recursos florestais (3,0)						

Valor Ótimo da questão (24) Valor Real ()

De acordo com o exemplo acima, para cada ação que a empresa assinalasse, informando ser uma prática da companhia com relação aos recursos ambientais descritos, seria considerado um ponto. Ao assinalar “nenhuma ação” ou “não se aplica” nenhum ponto é atribuído.

A empresa que respondesse da forma mais satisfatória possível todas as questões obteria a pontuação máxima. Quando não, seus valores reais obtidos para cada questão foram somados e dividido pelo valor ótimo total e multiplicado por 100, a fim de encontrar o *score* do DA da empresa. De posse do gabarito, foi feito download dos questionários respondidos e o desempenho ambiental de cada empresa foi mensurado de acordo com o gabarito criado para cada um dos grupos. O ISE considera seis grupos, são eles compostos por empresas que trabalham com: A) Recursos Naturais Renováveis; B) Recursos Naturais não Renováveis; C) Matérias primas e insumos; D) Transporte e Logística; E) Serviços e IF) Serviços Financeiros.

4 APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DOS RESULTADOS

Para análise descritiva dos dados considerou-se as doze empresas que disponibilizaram o questionário ISE respondido em todos os três anos da análise (2011, 2012 e 2013). A análise descritiva está baseada na (in) evolução do desempenho ambiental, da relação deste com a atividade desenvolvida pela empresa, com a presença certificações e com o porte.

O desempenho ambiental de cada empresa foi calculado por meio da razão do total de pontos obtidos pelo *score* ótimo para o ano e grupo em análise e em seguida multiplicado por 100. Na Tabela 1, apresenta-se as estatísticas descritivas do referido desempenho.

Tabela 1 – *Score* do Desempenho Ambiental

		DA2011	DA2012	DA2013
N	Válido	12	12	12
	Erro	0	0	0
Média		53,10	56,61	56,51
Mediana		52,53	57,59	62,30
Moda		51,27 ^a	59,49 ^a	62,30
Desvio Padrão		7,31	6,63	14,37
Variância		53,53	44,05	206,67
Mínimo		41,89	40,35	22,11
Máximo		67,09	65,52	75,41

Fonte: Dados da Pesquisa, 2014

A tendência da média do *score* do DA é ascendente no período da análise. Em 2011 as empresas analisadas apresentam DA 53,1% próximo do ótimo. Em 2012 e 2013 essa média sobe alcançando os 56%. No decorrer dos três anos a moda também subiu e o *score* que mais se repetiu foi superior aos 60%. Esse resultado pode ser explicado pela Teoria do Stakeholder, na medida em que demonstra que as empresas têm se comprometido com questões para além das responsabilidades tradicionais, considerando interesse de partes interessadas em geral, e não apenas de acionista. Porém, o desvio padrão e a variância subiram, indicando que a dispersão entre os dados aumentou. Esse resultado pode ser explicado em função do valor mínimo do DA registrado em 2013 ser muito baixo em comparação aos anos anteriores.

Para analisar o nível de DA das empresas da amostra, foi realizado um agrupamento em função da média de DA anual. Tal análise permite perceber o comportamento das empresas no que se refere a esse aspecto no decorrer dos anos analisados, ou seja, se possuem um nível de DA acima ou abaixo da média do grupo, conforme apresenta o Gráfico 1.

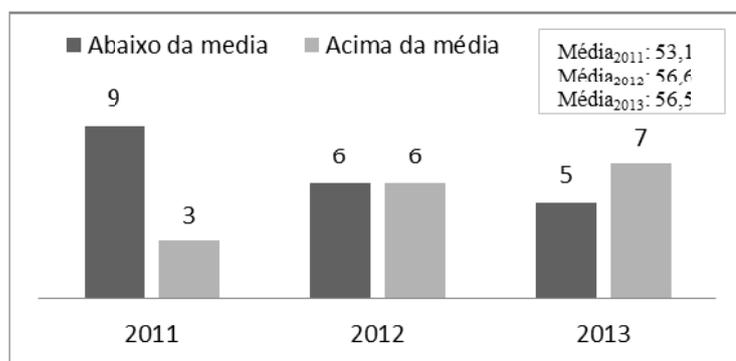


Gráfico 1: Nível de Desempenho Ambiental em Função da Média
Fonte: Dados da Pesquisa, 2014

Com base no gráfico1, a quantidade de empresas com níveis de DA abaixo da média foi reduzida e as com nível de DA acima da média cresceu, o que pode significar uma elevação da preocupação das organizações com as questões relacionadas ao ambiente natural, o que na prática significa monitoramento de emissões atmosféricas, de resíduos críticos, de efluentes líquidos, metas de redução entre outros.

A atividade desenvolvida pela empresa, conforme apontam alguns estudos é uma variável importante quando se trata de comportamento relacionado ao meio

ambiente e a responsabilidade social corporativa. De acordo com Ribeiro (1998) o envolvimento com a questão ambiental pode ser em função do ramo industrial, da atividade desenvolvida pela empresa. Em função disso, o próprio ISE, avalia o DA das empresas de maneira específica, considerando os seguintes grupos:

Tabela 2: Grupos do ISE

GRUPO	PRESENÇA DE ASPECTO AMBIENTAL CRÍTICO
Grupo A	Recursos Naturais Renováveis
Grupo B	Recursos Naturais não Renováveis
Grupo C	Matérias primas e insumos
Grupo D	Transporte e Logística
Grupo E	Serviços
Grupo IF	Serviços Financeiros

Fonte: ISE, 2014

Os grupos concentram empresas que se assemelham quanto a atividade desenvolvida. A Tabela 3 de referência cruzada demonstra o nível de DA por grupo:

Tabela 3: Nível DA_Grupo ISE

		Grupo ISE				Total
		A	C	D	IF	
DA2011	Abaixo da média	1	4	2	2	9
	Acima da média	0	1	2	0	3
Total		1	5	4	2	12
DA2012	Abaixo da média	0	2	2	2	6
	Acima da média	1	3	2	0	6
Total		1	5	4	2	12
DA2013	Abaixo da média	0	0	3	2	5
	Acima da média	1	5	1	0	7
Total		1	5	4	2	12

Fonte: Dados da pesquisa, 2014

Considerando o Grupo A de Recursos Naturais Renováveis tem-se que houve uma melhora, pois no início do período, a empresa possuía nível de DA abaixo da média e ao final do período essa empresa passou a ter um DA acima da média, ou seja, acima de 56,5%. O Grupo C (Matérias primas e insumos), registrou uma melhora considerável: das cinco empresas pertencentes ao grupo, quatro possuíam um DA abaixo da média, ao final da análise todas obtiveram um nível de DA acima da média da amostra. Isso pode ser explicado, em função da controladora ter se envolvido com práticas de governança e sustentabilidade mais fortemente a partir de 2011. O Grupo D (Transporte e Logística) tinha metade das empresas com DA

abaixo da média e metade com nível acima da média. Verificou-se, porém, que uma empresa melhorou seu DA passando para o estrato de empresas com DA acima da média. As duas empresas do Grupo IF (Serviços Financeiros), não alteraram seu DA durante o período de modo a apresentar scores acima da média geral. Na amostra não constava empresas dos grupos B (Recursos Naturais não Renováveis) e E (Serviços).

A presença de certificações de natureza alinhada com a responsabilidade social também pode estar relacionada com o nível de DA. Neste estudo considerou-se as seguintes certificações: ISO 26.000/ NBR 16.001 (Responsabilidade Social); ISO 14.001(Sistema de Gestão Ambiental); AS 8000 (Responsabilidade Social). Espera-se que empresas certificadas possuam níveis de DA melhores do que aquelas não certificadas, já que para conseguir as certificações, as empresas são obrigadas a adotar uma série de medidas que possivelmente impacta no seu DA. A Tabela 4 apresenta essa relação:

Tabela 4: Nível DA - Certificação

		Certif2011		Total
		NÃO	SIM	
DA2011	Abaixo da média	4	5	9
	Acima da média	1	2	3
Total		5	7	12
		Certif2012		Total
		NÃO	SIM	
DA2012	Abaixo da média	2	4	6
	Acima da média	3	3	6
Total		5	7	12
		Certif2013		Total
		NÃO	SIM	
DA2013	Abaixo da média	0	5	5
	Acima da média	4	3	7
Total		4	8	12

Fonte: Dados da Pesquisa, 2014

De acordo com a Tabela 4 não é possível perceber relação clara entre melhor nível de Desempenho Ambiental e presença de certificações de natureza social/ambiental.

Para analisar a relação entre nível de DA e porte das empresas foi preciso, categorizá-las em função do porte e para tanto utilizou-se Lei Complementar nº 139/2011. Essa categorização foi feita, pois possivelmente empresas de grande

porte tem uma propensão maior para se envolver em atividades de RSC e consequentemente um DA melhor. Essa relação está representada na Tabela 5:

Tabela 5: Nível DA – Porte

		Porte2011			Total
		Pequeno Porte	Médio Porte	Grande Porte	
DA2011	Abaixo da média	7	1	1	9
	Acima da média	2	1	0	3
Total		9	2	1	12
		Porte2012			Total
		Pequeno Porte	Médio Porte	Grande Porte	
DA2012	Abaixo da média	5	0	1	6
	Acima da média	4	2	0	6
Total		9	2	1	12
		Porte2013			Total
		Pequeno Porte	Médio Porte	Grande Porte	
DA2013	Abaixo da média	4	0	1	5
	Acima da média	5	2	0	7
Total		9	2	1	12

Fonte: Dados da Pesquisa, 2014

Ao analisar a relação entre Desempenho Ambiental e o porte das empresas, foi possível verificar que as empresas de pequeno porte componentes da amostra, melhoraram seu DA no decorrer do período, pois ao final deste a quantidade de empresas de pequeno porte com nível de DA acima da média prevaleceu, diferente do que se observou no início do período. Ao avaliar as empresas de médio porte, também se percebe uma variação positiva pois ao final do período as duas empresas registraram nível de DA acima da média do grupo. Esses resultados podem ser explicados, conforme Udayasankar (2008): empresas de pequeno porte seriam motivadas a se envolver em questões de RSC, inclusive de natureza ambiental para ganhar mais visibilidade e ter acesso a créditos. Contudo, empresas de grande porte mantiveram-se com DA abaixo da média durante os três anos pesquisados, o que assim como registou-se no DS, revela-se como um contrassenso, que pode trazer sérias implicações, pois segundo Lourenço et al. (2012) o que os investidores de fato fazem é penalizar as grandes empresas rentáveis com baixo nível de responsabilidade social corporativa, isso quer dizer que as empresas sustentáveis estão propensas a ser recompensadas pelos investidores.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este estudo teve como objetivo analisar o desempenho ambiental de companhias brasileiras. Para tanto foi feita uma pesquisa documental com base nos questionários respondido pelas empresas para adentrarem/permanecerem no Índice de Sustentabilidade Empresarial (ISE) da BM&FBovespa. A dificuldade de mensurar o Desempenho Ambiental é retratado por vários pesquisadores, nesse trabalho foi utilizada a métrica utilizada pelo ISE e, portanto, validada e legitimada pelo mercado brasileiro, como forma de mitigar o problema da inconsistência dessa variável. Não foram encontrados estudos anteriores com o uso dessa métrica.

A análise compreendeu o período de 2011 a 2013 em razão da disponibilidade de dados para viabilizar a investigação, a amostra do estudo foi composta pelas doze empresas que permitiram acesso *on line* as suas respostas em todos os anos analisados.

Os resultados indicam que o Desempenho Ambiental das empresas tem assumido uma linha crescente, ou seja, em média registrou-se um aumento do referido desempenho no período analisado. Isso demonstra que as organizações têm ampliado suas ações na tentativa de evitar/mitigar/recuperar possíveis danos ao ambiente natural, o que corrobora o seu compromisso com a responsabilidade social e o respeito as diversas partes interessadas, inclusive com as gerações futuras como determina a ideia de Desenvolvimento Sustentável. Assim, esse resultado pode ser explicado pela teoria do *stakeholder*.

Assim como prevê alguns estudos, esse também conclui como importante a associação entre a atividade desenvolvida pelas empresas e o desgaste provocado no meio ambiente, a exemplo das entidades que utilizam recursos naturais não renováveis como fonte de matéria prima ou que atuam numa linha ambientalmente tênue, sendo este um fator que influencia o comportamento das empresas com relação ao meio ambiente.

O fato das empresas possuírem certificações de caráter social ou ambiental não influi consideravelmente no desempenho ambiental das empresas pesquisadas. Porém, ao analisar o porte, chega-se a resultados interessantes. As empresas de pequeno porte registram uma melhora significativa no DA, o que não acontece com o outro extremo que são as empresas de grande porte. Um contrassenso, já que se

esperava que em instituições de grande porte houvesse maior preocupação com tais questões, contudo, os resultados desta investigação foram contrários. Esses resultados são explicados por Udayasankar (2008) a partir de dois motivos: ganhar visibilidade, obter ganhos marginais; e, estratégias para facilitar o acesso a recursos.

Diante desses achados entende-se que essa pesquisa contribui para academia, as corporações e a sociedade em geral, pois verificou uma tendência de evolução do desempenho ambiental das empresas brasileiras, o que sinaliza para uma mudança de paradigma, em que se passa a valorizar o desenvolvimento sustentável e não somente o econômico puramente. Além disso, essa investigação também fornece evidências empíricas do potencial da teoria do stakeholder em explicar a realidade brasileira no que tange a aspectos de RSC.

A amostra desse estudo configura-se como uma limitação, o que impede a generalização dos resultados. Contudo, verificou-se que o número de empresas que tem permitido o acesso público a suas respostas ao questionário ISE tem aumento consideravelmente, o que pode possibilitar a realização dessa mesma pesquisa futuramente com uma amostra maior, o que daria maior confiabilidade aos resultados. Além disso, sugere-se investigar de que forma o desempenho ambiental impacta o desempenho econômico, ou seja, se existe relação entre essas variáveis e em caso positivo, qual a sua natureza, se positiva ou negativa. Ao considerar variáveis de mercado como proxy do desempenho econômico-financeiro, seria possível verificar o comportamento do mercado brasileiro frente a informações de cunho não financeiro, como as ambientais.

THE ENVIRONMENTAL PERFORMANCE OF BRAZILIAN COMPANIES: AN ANALYSIS OF THE ISE COMPANIES

ABSTRACT

The aim of this study was to analyze the environmental performance of companies listed on the ISE between 2011 to 2013. Therefore, it was necessary to measure environmental performance, which was made possible based on the questionnaire ISE. Of the 40 companies that on average, comprise the ISE annually, this study included twelve which the overall survey sample. Data were analyzed descriptively and the results indicate that the level of the DA of the surveyed companies have

shown an increasing trend, which may be explained by the Stakeholder Theory. This research also indicates how important the association between the activity performed by firms and their behavior towards the environment. The fact that companies have a social and environmental certifications character does not influence considerably in their environmental performance. However, when analyzing the size, we arrive at interesting results which indicated that most smaller companies have improved their environmental performance unlike larger. Given these findings it is understood that this research contributes to academia, corporations and society in general, it provides empirical evidence of the potential of stakeholder theory to explain the Brazilian reality in regard to aspects of CSR.

Key Words: Environmental performance. Corporate Social Responsibility. Stakeholder Theory.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ASSOCIAÇÃO BRASIELIRA DE NORMAS TÉCNICAS - ABNT NBR ISO 26000 - Diretrizes sobre responsabilidade social. Rio de Janeiro, 2010.

BERTALANFFY, L. V. *Teoria geral dos sistemas*. Tradução de Francisco M. Guimarães. Petrópolis: Vozes, 1977.

BRASIL. *Lei nº 139/2011*. Altera dispositivos da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, e dá outras providências. Disponível em:<
<http://www.receita.fazenda.gov.br/Legislacao/LeisComplementares/2011/leicp139.htm>> Acesso em: 04 jan 2013.

COELHO, Glauber Túlio Fonseca. Estudo da Utilização e Indicadores nos Moldes das ISOS 9001 e 14031 em Empresas Prestadoras de Serviços de Engenharia em São Luís- MA. (Dissertação de Mestrado)- Centro de Tecnologia- Departamento de Engenharia Hidráulica e Ambiental- Universidade Federal do Ceará. Fortaleza, 2009.

DONALDSON, Thomas; PRESTON, Lee. The stakeholder theory of the corporation: Concepts, evidence and implications . *Academy of Management Review*. Vol. 20, nº1, pp. 85- 91, 1995.

FREEMAN, R. Edward; MCVEA, John. A stakeholder approach to strategic management. In: Hitt, M.; Freeman, E.; Harrison, J. Handbook of strategic management. Oxford: Blackwell Publishing, p. 189-207, 2000. Disponível em: <<http://books.google.com/books?id=zD1CZUWE6zQC&pg=PP1&dq=freeman+strategic&lr=&ei=KQpeSqD3l5uwywSWveT-Cw&hl=pt-BR>>. Acesso em: 22 ago 2014.

FRIEDMAN, M. The Social Responsibility of Business Is to Increase Its Profits. *New York Times Magazine*, September 13, 1970.

GONZÁLEZ-BENITO, J., LANNELONGUE, G., QUEIRUGA, D. Stakeholders and environmental management systems: A synergistic influence on environmental imbalance. *Journal of Cleaner Production*, 19 (14), pp. 1622-1630, 2011.

LOURENÇO, I.C. et al. How Does the Market Value Corporate Sustainability Performance? *J Bus Ethics*, v.108, pp.417–428, 2012.

MACEDO, M.A.S., CORRAR, J.L., SIQUEIRA, J.R.M.de. Análise comparativa do desempenho contábil-financeiro de empresas socioambientalmente responsáveis no Brasil. *BASE – Revista de Administração e Contabilidade da Unisinos*, v.9, n. 1, p.13-26, jan/mar, 2012.

NASCIMENTO, L.F.; LEMOS, A.D.C.; MELLO, M.C.A de. *Gestão Socioambiental Estratégica*. Porto Alegre: Bookman, 2008.

RIBEIRO, Maisa de Souza. O custeio por atividades aplicado ao tratamento contábil dos gastos de natureza ambiental. *Caderno de Estudos*, n. 19, p. 01-11, 1998.

UDAYASANKAR, K. Corporate Social Responsibility and Firm Size. *Journal of Business Ethics*, v. 83, p. 167-175, 2008. Disponível em:<http://papers.ssrn.com/sol3/papers.cfm?abstract_id=1262535> Acesso em: 22 ago 2014.

WABDA, H. Does the Market Value Corporate Environmental Responsibility? An Empirical Examination. *Corp. Soc. Responsib. Environ. Mgmt.* V. 15, p.89–99, 2008.

WADDOCK, S. Parallel Universes: Companies, Academics, and the Progress of Corporate Citizenship. *Business and Society Review*, v. 109, n. 1, pp. 5–42, 2004.

WELTER, Ana Lucister. Contabilidade Ambiental: a realização e a evidenciação contábil de ações ambientais pelas empresas moveleiras associadas à Simovale/Amoesc. *Revista Brasileira de Contabilidade*. Brasília: CFC, nº 187, 2011.

WOOD, D.J. Measuring Corporate Social Performance. *A Review. International Journal of Management Reviews*, 2010.

ZYLBERSZTAJN, D. A organização ética: um ensaio sobre as relações entre ambiente econômico e o comportamento das organizações. Working Paper. São Paulo. FEA/USP, 2000. Disponível em <<http://www.ead.fea.usp.br/WPapers/2000/001.pdf>> Acesso em: 15.ago.2014.